NOTA TÉCNICA CATRAPOVOS-PARÁ Nº 02/2023-MPPA

1. ASSUNTO 1.1. Participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) modalidade compra com doação simultânea, via Termo de Adesão, com Municípios que já possuem adesão ao PAA 2. REFERÊNCIAS 2.1. Lei nº 14.628/2023. 2.2 Decreto nº 7.775/2012. 2.3. Lei nº 12.515/2012. 2.4. Decreto nº 7.775 de 4 de julho de 2012, Capítulo V, art. 28. 2.5 Portaria MDS nº 899, de 17 de julho de 2023. 2.6 Edital de Manifestação de Interesse nº 09/2023-MDS.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por intermédio da Promotora de Justiça Agrária Coordenadora da Comissão da Alimentação Tradicional dos Povos do Pará – CATRAPOVOS-PA, no âmbito do Procedimento Administrativo nº 002607-031/2022, emite a presente Nota Técnica, a qual apresenta informações acerca da retomada do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) modalidade Compra com Doação Simultânea, via Termo de Adesão com Municípios que já possuem adesão ao PAA e que executaram os valores pactuados no período de 2014 a 2022 com nível de execução acumulado acima de 95% (noventa e cinco por cento), a fim de garantir o direito humano à alimentação escolar adequada, ao desenvolvimento socioeconômico local, a soberania cultural alimentar, com respeito aos territórios, seus povos, buscando-se a dignidade humana de forma global, princípio da República Brasileira (Art. 1º, III).

A presente Nota Técnica é orientativa aos Municípios que possuem adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), via Termo de Adesão e que executaram

jf

os valores pactuados no período de 2014 a 2022 com nível de execução acumulado acima de 95% (noventa e cinco por cento).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), previsto na Lei nº 14.628 de 20 de julho de 2023, é uma iniciativa governamental que visa promover o acesso à alimentação adequada, fortalecer a agricultura familiar e combater a fome e a pobreza, nos seguintes termos:

- I – incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, incentivo ao processamento da produção e à geração de renda;
- II – incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- III – promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- IV – promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais, inclusive para prover a alimentação escolar, quando necessário, nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;
- V – constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
- VI – apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;
- VII – fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;
- VIII – promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e
- IX – estimular o cooperativismo e o associativismo.

jf

Conforme previsto na Lei nº 14.628/2023, o PAA tem como objetivos centrais a promoção do desenvolvimento rural sustentável, o estímulo à agricultura familiar e a garantia de acesso à alimentação às populações em situação de vulnerabilidade. Assim, o programa estabelece parcerias entre órgãos governamentais, agricultores familiares, cooperativas e associações, fomentando a comercialização dos produtos agrícolas desses produtores para entidades assistenciais, escolas, hospitais e outros segmentos da sociedade.

Além disso, a Lei nº 14.628/2023 prevê a destinação de recursos financeiros para a aquisição dos alimentos, garantindo a sustentabilidade econômica da iniciativa. Assim, O PAA, ao promover a compra direta de produtos da agricultura familiar, contribui para a geração de renda no meio rural, estimula a produção local e fortalece os vínculos entre produtores e consumidores.

Em prol de atender as finalidades delimitadas legalmente o PAA possui duas modalidades, a modalidade de Compra com Doação Simultânea compreende a aquisição de alimentos diversos, seguida da doação simultânea às entidades da rede socioassistencial, equipamentos públicos de alimentação e nutrição, e, em circunstâncias específicas definidas pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos – GGPA, à rede pública e filantrópica de ensino. Dessa forma, essa prática visa atender às demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

No âmbito do Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, ocorre a compra de leite, o qual, após processo de beneficiamento, é destinado à doação para os beneficiários consumidores. Sendo assim, esta modalidade tem como objetivo atender às demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Ademais, é importante salientar que essa prática é executada exclusivamente nos estados do Nordeste e no norte de Minas Gerais

Segundo o Decreto nº 7.775 de 4 de julho de 2012, Capítulo V, art. 28, a condução da gestão e execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) deve ser efetuada pelas Unidades Gestoras e Unidades Executoras. As entidades designadas como Unidades Gestoras do PAA compreendem o Ministério do

jf

Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Por sua vez, as Unidades Executoras, podem consistir em Órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual, Municipal e do Distrito Federal, bem como consórcios públicos que celebrarem Termo de Adesão ou convênios com tais Unidades Executoras. Além destas, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) é considerada uma Unidade Executora do PAA em nível federal, devido à celebração de Termo de Cooperação tanto com o MDS quanto com o MDA.

A possibilidade de adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi viabilizada por meio da promulgação da Lei nº 12.512/12 e, em seu Capítulo III, art. 20, estipula a viabilidade de execução do Programa por Estados, Distrito Federal, Municípios e consórcios públicos mediante a formalização do Termo de Adesão.

A adesão consiste na formalização por meio da assinatura de um documento que estipula os compromissos entre o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e as Unidades Executoras para a implementação do Programa. Por essa razão.

Em consonância com essa Lei e sua regulamentação, bem como em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Grupo Gestor do PAA, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) deu início a uma iniciativa gradual de celebração de Termos de Adesão com entidades que passaram a ser reconhecidas como Unidades Executoras do Programa.

O Termo de Adesão representa um instrumento formal no qual os participantes estabelecem compromissos relacionados ao PAA. Este documento delinea os requisitos mínimos para participação no Programa, assim como os compromissos e responsabilidades de cada parte envolvida, abrangendo diversas questões relevantes para a execução eficiente do programa.

Dessa forma, o Termo de Adesão configura-se como um instrumento no qual os participantes formalizam compromissos vinculados ao PAA. Assim, o documento delinea os requisitos mínimos para ingresso no Programa, estabelecendo também as responsabilidades e funções de cada participante, entre outros aspectos.

A formalização dos Planos Operacionais com os municípios fundamenta-se na necessidade de restabelecer as negociações de recursos financeiros no âmbito municipal, conforme preconizado pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

jf

Assim, o Programa prevê parcerias com órgãos ou entidades da administração pública estadual, distrital ou municipal, conforme estabelecido pela Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023.

Por razão da retomada da alocação de recursos nessa política pública de maneira justa e consistente, torna-se imperativo identificar os Municípios que já implementaram a referida política em anos anteriores e que estejam dispostos a iniciar as aquisições e doações de alimentos de maneira ágil, conforme preconiza a Portaria MDS nº 899, de 17 de julho de 2023

Dessa forma, visando a continuidade da política, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome publicou no Diário Oficial em 31 de novembro de 2023 o Edital de Manifestação de Interesse nº 09/2023-MDS, em prol de identificar o interesse dos Municípios, aderidos ao PAA, em retomar a execução da referida política pública. No Edital nº 09/2023-MDS, é salientado que:

O envio de proposta pelo município não constitui direito a se firmar o Plano Operacional, sendo uma mera expectativa de direito, condicionada à aprovação pelo setor competente do MDS, a partir de uma avaliação da demanda e do escopo e da viabilidade do projeto. Além disso, a assinatura da Portaria que define os recursos financeiros a cada ente federativo, está condicionada à observância das formalidades legais exigidas, ao disposto na legislação do PAA e à existência de dotação orçamentária e recursos financeiros do orçamento de 2023. O instrumento citado deverá observar o disposto na Portaria MDS nº 899, de 17 de julho de 2023 e Portaria MDS nº 908, de 9 de agosto de 2023.

Assim, no sentido de fomentar a política o MDS solicitou, por meio do Edital nº 09/2023-MDS, que os Municípios interessados devem completar o formulário

jf

eletrônico acessível por meio do link: <https://forms.office.com/r/PyXG7msiTZ>, até o dia 6 de dezembro de 2023.

Conclusão da Nota Técnica

De forma a orientar Prefeitos e Secretários Municipais de Educação Estado do Pará a:

I – Completar formulário eletrônico acessível por meio do link: <https://forms.office.com/r/PyXG7msiTZ>, **até o dia 6 de dezembro de 2023**, com as seguintes informações: UF, nome do município, nome do demandante, número do CPF do demandante, e-mail do demandante, valor proposto (R\$), o número de beneficiários fornecedores (agricultores (as) familiares), o número de unidades receptoras (organizações que recebam os alimentos e os forneçam aos beneficiários consumidores) e a previsão do volume de alimentos, em Kg, a ser adquirido.

II – Informar as promotorias agrárias de suas respectivas regiões, e/ou promotoria de justiça com atribuição na educação acerca da inscrição no formulário.

Outras informações, orientações e documentos mencionados nesta Nota Técnica podem ser obtidos junto ao MPPA e Coordenação da CATRAPOVOS-PARÁ (pjagrariastm@mppa.mp.br).

Santarém/PA, 02 de dezembro de 2023

HERENA NEVES MAUÉS CORRÊA DE MELO

Promotora de Justiça

Coordenadora da CATRAPOVOS-PA

Doutora em Gestão Estratégica para Sustentabilidade

Doutora em Desenvolvimento Sustentável

Mestra em Direitos Humanos

jf